

TERAPIA COMUNITÁRIA INTEGRATIVA: CAMPO DE CONSCIENTIZAÇÃO EM UMA PRISÃO FEMININA

Rosalice LOPES*

RESUMO: Este artigo aborda utilização da Terapia Comunitária Integrativa - TCI numa prisão feminina na cidade de São Paulo. As Rodas de TCI aconteceram de dezembro/2012 a novembro/2013. Serão abordados aspectos gerais sobre criminalidade, características históricas das prisões femininas e a situação atual em São Paulo. Foram realizadas 32 de TCI totalizando 279 pessoas, sendo 258 adultos, 14 adolescentes e 04 crianças. Destes 278 eram mulheres e apenas 1 homem. Participaram presas, algumas gestantes, funcionários e estagiários de Psicologia e Serviço Social. O número de participantes nas Rodas foi variável e a maioria aconteceu com mulheres presas. O presente artigo aborda exclusivamente as experiências com as presas. Os procedimentos adotados seguiram o estabelecido durante a formação; em 31 das Rodas os participantes escolheram o tema, em uma delas seguiu-se o modelo de Roda Temática. É certo de que nesta experiência conseguimos constituir uma *diferença favorável* na relação com as mulheres presas.

PALAVRAS-CHAVE: Terapia comunitária integrativa. Prisões femininas. Psicologia.

As Prisões Femininas e a utilização da Terapia Comunitária

As prisões, com uma estrutura e perspectivas ideológicas bem próximas ao que conhecemos atualmente, espalharam-se pelo mundo a partir do século XIX. É certo que, especialmente na Europa, já existiam prisões

* UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados. Dourados – MS – Brasil. 79825-070 - rosalicelopes@ufgd.edu.br

com alguns objetivos e características peculiares, mas elas não apresentavam o nível de organização produzido por um sistema de justiça penal que foi se estruturando e institucionalizando ao longo do século XX e que hoje, passados 15 anos do século XXI, atingiram um alto grau de complexidade na maioria dos países do ocidente e também no Brasil. Em nosso país, segundo dados publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional – DEPEN, em dezembro de 2013, tínhamos o total de 581.507 pessoas presas no sistema penitenciário – estadual e federal - e na polícia. Do total, 35.218 correspondiam a mulheres e destas, 21.610 já se encontravam condenadas e em cumprimento de pena nas diferentes unidades prisionais – de segurança máxima, de regime semiaberto, aberto, de medida de tratamento ou de internação – enquanto 11.272 eram presas provisórias aguardando julgamento e, por fim 2.336 encontravam-se sob custódia nas Secretarias de Segurança Pública (BRASIL, 2013).

Em diferentes estados brasileiros, na atualidade, as unidades prisionais para cumprimento de pena de privação de liberdade são administradas por distintas secretarias de estado. Em São Paulo, com Lei nº 8.209, de 04/01/93, que criou e o Decreto nº 36.463, de 26/01/1993, que organizou, surgiu a Secretaria da Administração Penitenciária - SAP, a primeira no Brasil, a tratar com exclusividade do referido segmento (SÃO PAULO, 1993a, 1993b). Há 22 anos uma secretaria específica cuida dos assuntos prisionais em um estado com 162 unidades, das quais 79 são Penitenciárias, 41 são Centros de Detenção Provisória, 15 são Centros de Progressão Penitenciária, 22 são Centros de Ressocialização, 01 unidade de Regime Disciplinar Diferenciado e 04 unidades Hospitalares, sendo 01 de tipo geral para atendimento ambulatorial e de internação para problemas de doença em geral e 03 para Custódia e Tratamento dos casos de medida de segurança.

As unidades prisionais localizam-se na capital e em cidades do interior do estado e estão agrupadas em 05 Coordenadorias Prisionais Regionais. A SAP conta ainda com uma Coordenadoria de Reintegração Social e Cidadania, uma Coordenadoria de Saúde, o Conselho Penitenciário, o Museu Penitenciário e o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos, o único no gênero em nosso país. No que se refere ao universo feminino existem no estado de São Paulo 17 unidades prisionais, das quais, 08 Penitenciárias, 01 Centro de Detenção Provisória, 02 Centros de Progressão Penitenciária e 06 Centros de Ressocialização.

As prisões femininas são significativamente distintas, em sua dinâmica relacional, das prisões masculinas. Mesmo admitindo que as normas disciplinares em seu aspecto geral sejam as mesmas para homens e mulheres

presos, as necessidades, as queixas, a forma particular de enfrentamento do cotidiano é singularmente distinta quando se trata do aprisionamento de mulheres. No entanto, até bem pouco tempo atrás, inexistia uma real preocupação com as prisões femininas, fazendo suspeitar que, para as autoridades, aqueles locais eram considerados apenas como uma **espécie de depósito**¹ das mulheres que ousaram romper com a ordem estabelecida para quem tinha nascido com este sexo/gênero. A descrença social de que as mulheres eram e são capazes de cometer crimes certamente é um dos principais fatores que permitiram que elas fossem relegadas a um plano de quase invisibilidade nas políticas de segurança pública e de execução penal.

As relações sociais de gênero se processaram de tal forma em nossa sociedade que, ainda hoje é mais comum que se espere dos homens a prática de comportamentos violentos. A sociedade se surpreende quando algum fato noticia a **maldade ou a violência** de uma mulher. Mulheres que cometiam/cometem delitos, não eram/ não são vistas da mesma forma que homens que cometiam/cometem delitos. Permeando e influenciando a relação entre homens e mulheres existem na atualidade inúmeras concepções de gênero, mas a prática de crimes por mulheres parece continuar a ser uma espécie de interdição, um tabu. Afirmar que algo é um tabu tanto pode significar que este algo é sagrado e, portanto, o contato com ele é impedido, como também indicar algo perigoso, imundo ou impuro, como o crime, por exemplo. De alguma forma, as concepções de gênero sobre o que as mulheres devem ser, as impede de cometer crimes, sem que, concomitantemente, passem a ser vistas como más e, portanto, merecedoras de discriminação, humilhação, desvalorização, desprezo, descrédito e exclusão, porque a díade mulher e crime ainda é um tabu (LOPES, 2004).

Entendemos que foi a partir da década de 90 do século passado, com a adoção pelo Brasil de dispositivos já referendados em outros países, que o atendimento a mulheres presas passou ao campo da visibilidade e do planejamento de políticas públicas; aquelas que até então eram excluídas, especialmente em virtude do crescimento da criminalidade feminina, mobilizaram as autoridades a acabar com a severa cegueira e o triste silêncio mantido sobre a temática *mulher e crime* e a colocar luz sobre possíveis alternativas de intervenção.

É certo que as causas do distanciamento e da despreocupação para com as mulheres presas encontravam-se muito mais fora dos muros da

¹ Todas as marcações em **negrito** são destaques no texto produzidos pelas autoras com a finalidade de demarcar a necessidade de reflexão sobre o fato apontado.

prisão do que dentro delas e se relacionavam, como já dissemos, a certas inteligibilidades de gênero que diferenciavam mulheres boas de mulheres más. Essas concepções que afetavam e ainda afetam as relações sociais e determinam, de modo quase inconsciente, a forma como as mulheres devem se comportar e como deve se dar o desempenho de seus papéis na sociedade, também se refletem na forma particular de compreender e intervir junto às mulheres que se encontram presas.

Um dos mais significativos exemplos de papel social que uma mulher pode representar, e que conta com um absoluto reconhecimento social, é o de mãe. As mulheres mais más são aquelas que cometem crimes tendo filhos ou que acabam por tê-los na prisão. Criminalidade e mulher não produzem um par socialmente aceito, pois ainda é uma verdade para muitos que a maior virtude ou vocação de uma mulher é ser uma mãe (LOPES, 2004).

As teorias que explicam as práticas criminais evoluíram significativamente ao longo do século XX e início do XXI, mas ainda é difícil admitir, sem cautela, que o discurso que infantiliza a mulher, que entende suas condutas como produzidas por uma **maldade** natural como pensavam os teóricos do final do século XIX, especialmente no caso de mulheres que têm filhos e estão nas prisões, desapareceu. Para quem atua nas prisões é possível perceber que algumas particulares concepções de gênero sobre o **quê ou como** as mulheres devem **pensar e ser** ainda hoje são notadas nos pequenos gestos, em olhares, em silêncios, na ausência de assistência e no descaso para com as dores que elas vivem. Apesar de todos os dispositivos² jurídicos existentes para protegê-las, as mulheres presas ainda vivem uma triste condição de relativa invisibilidade.

Cabe ressaltar, segundo Lopes (2004) que as relações de gênero não teriam derivado de características inerentes ao macho e à fêmea que se complementam na procriação. Na realidade, estas concepções inter-relacionam-se de forma dialética dando oportunidade à superação das contradições nelas contidas. Se não consideramos gênero como relação social como oposições decorrentes de traços distintivos inerentes aos seres, somos incapazes de perceber os diferentes poderes detidos e sofridos por homens e mulheres. Dando destaque às ideias de Saffioti (1994), Lopes afirma que se gênero diz respeito a relações e a estruturas de poder, as pes-

² Os dispositivos que atendem as necessidades das mulheres presas no Brasil e no mundo são inúmeros, entre eles podemos citar as Regras de Mandela: Regras Mínimas das Nações Unidas para tratamento de Presos, Regras de Bangkok (BRASIL, 2016a); Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para mulheres infratoras (BRASIL, 2016b).

soas estariam situadas nos denominados eixos de distribuição/conquista de poder – gênero, etnia e classe social – em virtude das semelhanças que apresentam com determinadas pessoas e as dessemelhanças que possuem em relação a outras. Assim, por meio de tecnologias de gênero³ – práticas sociais e culturais – o sujeito é constituído simultaneamente em gênero, etnia e classe social. Promover a discussão das diferenças entre homens e mulheres como uma categoria isolada é o que permite a manutenção dos discursos discriminatórios.

Refletindo sobre estas ideias, o estudo de Kim et al. (2009) deixa claro as inter-relações entre gênero e classe social. Os autores realizaram uma pesquisa com 143 mulheres presas do Presídio de Brasília com a finalidade de verificar se os determinantes relacionados a situações sociais e econômicas poderiam produzir um comportamento criminoso. A partir da análise estatística realizada com o instrumento utilizado na pesquisa, o grupo de estudiosos observou na população brasileira uma série de aspectos convergentes aos grupos estudados em outros países da América do Norte e Europa. O estudo demonstrou

[...] que fatores relacionados a situações sociais e econômicas precárias atuam como condicionantes diretos da atividade criminosa. Destacam-se a renda na atividade legal, o estado civil e o tempo de condenação como determinantes na regra de decisão das atividades ilegais – tráfico de drogas, roubo, falsificação e homicídio. Primeiro a influência da renda na atividade legal demonstra que uma parcela significativa dos crimes está relacionada a fatores econômicos ou ao fato de haver uma forte relação entre baixos rendimentos e condições de desenvolvimento social e profissional (como concorrer de igual para igual com o sexo masculino em termos de cargo social, salários, respeito, etc.) levando-as, muitas vezes, à opção de incorrer em atividades criminosas como meio de sustento. Segundo, a maioria das detentas era solteira antes de serem presas. Isso explica que a ocupação dos cargos e das condições semelhantes às dos homens, as mulheres passam a dividir também suas angústias e necessidades. Assim, com a necessidade de garantir o presente, limitam-se

³ A expressão tecnologia de gênero é entendida aqui num sentido foucaultiano, ou seja, implica admitir que relações entre homens e mulheres são permeadas pelo poder, entendido como constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos sociais de força, permitindo a análise dos fenômenos tanto num nível micro como macro. Para Saffioti (1992), os espaços de poder da mulher se inscrevem muito mais no plano micro do que no macro das relações sociais.

às expectativas para o futuro e prioriza-se o imediato, o que pode facilitar, sobretudo, no caso das mais pobres e desamparadas a curto prazo [...] Terceiro, a verificação de determinantes características das detentas, de acordo com o tipo de crime, pode demonstrar alguns padrões importantes. No caso de tráfico de drogas, há um envolvimento representativo no aumento da participação de mulheres, confirmando que essa categoria de crime relaciona a baixa média de tempo de condenação em relação a outros tipos de crimes, o que pode indicar um incentivo a cometer esse tipo de delito. (KIM et al., 2009, p.40).

Muitos podem ser os determinantes de uma prática delitiva. Outros autores, assim como os mencionados, apontam para o fato de que a criminalidade feminina envolve uma série de inteligibilidades de gênero, produzem arranjos e acertos que na maioria das vezes colocam a mulher em risco e deixam claro que, diferentemente dos homens, as mulheres presas se tornam pessoas praticamente abandonadas, esquecidas e humilhadas nas prisões. (FERNÁNDEZ, 1995; GRAZIOSI, 1999; SMAUS, 1999; LOPES, 2004).

Em estudo realizado por Lopes et al. (2014) sobre visitas familiares a mulheres presas, fica evidente que a família – mãe, pai, irmãos não abandonam a mulher presa, mas seu parceiro, geralmente, não permanece ao seu lado. Não são poucos os casos de mulheres que adentram a unidade prisional na condição de gestantes e depois de permanecerem pelo tempo estabelecido por lei em nosso estado – 06 meses – ao lado do filho elas devem encontrar alguém que se responsabilize pelo bebê. Mas os sofrimentos adicionais não se encerram.

A estrutura física da unidade certamente interfere no bem-estar e na saúde mental da mulher presa. Deixando evidente que, também aqui, as questões de gênero se mostram atuantes nas prisões femininas, pois a maior parte delas não foi pensada para mulheres, ou seja, as mulheres presas ocupam espaços deixados por homens ou ainda espaços de outros tipos de unidade de internação ou reclusão – como conventos – que deixaram de funcionar. O estado de São Paulo é um dos poucos em nosso país cujas novas estruturas prisionais para mulheres vêm sendo admitidas como **pensadas para** elas. As necessidades das mulheres nesses locais vêm sendo mais pontualmente atendidas, com a presença de berçários mais equipados, creches e uma infraestrutura e espaço arquitetônicos voltados às suas necessidades revelando uma preocupação em oferecer à mulher presa um local no qual ela possa cumprir a pena e não adicionar à pena de

privação de liberdade, a pena de ter que (sobre)viver num local que agrava sua saúde física e mental.

Diante da realidade das mulheres presas, apresentadas neste texto de forma sucinta, encontrar modelos de intervenção que possam promover, em algum nível, a qualidade de vida das mulheres presas no interior das dessas instituições tem sido um dos maiores desafios do corpo técnico que atua nas unidades prisionais. Uma vez que nessas instituições, principalmente as de segurança máxima, o foco principal da ação dos agentes institucionais é a segurança, quaisquer atividades que desloquem mulheres entre pavilhões ou que promovam reuniões com um grande número de presas, produz sensível **incômodo** no cotidiano das atividades das oficinas se as participantes lá trabalharem, **atrapalha** o andamento das aulas das frequentam escola e **adiciona tarefas** aos agentes de segurança que devem acompanhar quaisquer atividades que acontecem na unidade.

Inúmeras ações visando, em algum sentido, a chamada reintegração social, já aconteceram e quase todas fracassam porque a dinâmica institucional promove um tal número de obstáculos às atividades – demora na entrega das convocações, desconsideração de encaminhamentos, impossibilidade de se ausentar do trabalho nas oficinas ou escola em detrimento da participação das atividades nos grupos de atendimento visando a reintegração social, etc. – que as pessoas, quer sejam participantes ou técnicos acabam por desistir.

Como afirmava Foucault (1977), a prisão por sua forma de controlar os corpos, o tempo e o movimento e limitar a autonomia ao invés de alcançar sua vocação de reintegrar pessoas, a realidade, reproduz criminalidade. No entanto, os idealistas e humanistas não desistem de propor ações que se voltem para mudanças e melhoria qualidade de vida das pessoas presas. Em mais uma tentativa de promover ações nessa direção, foram realizadas consultas juntos aos técnicos do sistema prisional, que optaram pela oportunidade de participar da formação em Terapeutas Comunitários, cujo objetivo era capacitar tais técnicos no manejo da técnica da Terapia Comunitária de modo a aplicá-la no cotidiano da vida das pessoas em condição de encarceramento. Esta formação teve início em dezembro de 2012.

Este artigo tem por objetivo relatar a experiência de utilização da Terapia Comunitária em uma unidade prisional feminina da cidade de São Paulo, considerada a maior unidade da América Latina, com capacidade para abrigar aproximadamente 2.500 mulheres. A referida unidade ocupa o edifício arquitetônico da antiga Penitenciária do Estado de São Paulo, edifício este tombado pelo Patrimônio Histórico, em virtude das

características de sua estrutura que segue os padrões ingleses do início do século XX. O edifício tem quase 100 anos, tendo sido inaugurado em 1920. A unidade é formada por três grandes pavilhões. As mulheres são divididas por tipo de condenação e também por pertencimento a grupos ou facções a exemplo dos presídios masculinos. Existe também um grande número de celas reservadas às mulheres que ainda não foram julgadas e, desta forma, esta unidade prisional também funciona como um Centro de Detenção Provisória.

Nessa unidade, são poucas as referências de um universo que podemos identificar como **feminino**, os corredores são úmidos, a iluminação precária e a ventilação sofrível. O grande vão central de cada pavilhão, em cada um dos andares, é preenchido com redes de proteção de modo a evitar qualquer tentativa de um **salto** ou **arremesso** irrefletido ou impulsivo. Os edifícios são altos e aos andares superiores só se chega por escadas de muitos degraus, cada pavilhão tem uma ala par e uma ímpar, as quais são separadas por dois longos corredores centrais, um no andar térreo e outro no primeiro andar, conhecidos como **galeria baixa** e **galeria alta**.

Durante um dia comum, uma constante e intensa vibração sonora atravessa todos os pavilhões da unidade. Em qualquer local que se esteja o som se faz presente, mais baixo ou mais alto, mas nunca ausente, um som resultante da conversa, dos cânticos dos rituais religiosos, dos jogos no pátio, dos pedidos feitos aos gritos a quem está distante. O silêncio, se acontece, não ocorre durante o dia. O eco dessas vozes conjuntas, **polivozes prisioneiras**, é ininteligível em seu conjunto, apenas se estamos próximos a um fato podemos entender o que acontece **naquele momento com aquela pessoa**, boa parte dos diálogos são cifrados, pessoas que andam para lá e para cá, lembrando as agentes de segurança e auxiliares sobre suas necessidades, um **falatório** que só tem fim na **hora da tranca**⁴. Em muitos momentos de trabalho naquela unidade, técnicos, agentes ou mesmo as mulheres presas parecem estar no interior da **Torre de Babel**.

O **falatório** das mulheres presas nos corredores dos pavilhões, mas também no interior das oficinas, na enfermaria e em outros locais é, com certeza, a ação que evidencia suas **vidas pulsando freneticamente**. Mulheres impedidas, limitadas e excluídas para as quais falar entre si, e por vezes de si, é uma das poucas ações autônomas admissíveis e, mesmo assim, filtradas pelas exigências normativas das **irmãs** que estabelecem o **comando moral paralelo** na unidade. Fazer parte de um grupo ou facção

⁴ A **hora da tranca** é o momento em que as presas são recolhidas às celas e são trancadas para serem novamente liberadas para suas atividades apenas no dia seguinte.

requer silenciamento e autorização para falar e falar muito com outros que não elas mesmas, pode fazer suspeitar uma delação. Esse falar intenso e expressivo, pode à primeira vista parecer desprovido de razões, mas é um engano. As falas são polissêmicas, existem as que falam para ouvir a própria voz, as que falam, mas não são ouvidas, as que são obrigadas a falar o que gostariam de segredar, as que reclamam porque não sabem negociar, as que gritam porque não conseguem mais dialogar. As mulheres presas enquanto falam sem cessar, fazem-nos refletir sobre a importância do silenciar para que seja possível ouvir **a voz que vem de dentro** na forma de pensamentos, sentimentos, reflexões. Apesar de terem tanto tempo ocioso, não há esforço para preenche-lo com aquilo que pode produzir alguma mudança, para transformar uma fala **sem sentido** numa troca **compartilhada**, para que se experimente ouvir e ser ouvido.

Foi pensando na possibilidade de produzir alguma mudança favorável na vida das mulheres presas que, na oportunidade do convite para participar de um curso de formação em Terapia Comunitária - TC, nosso interesse se efetivou em inscrição e participação, pois víamos na TC, a **oportunidade** de criar um espaço no qual monólogos, diálogos, discussões, acordos pudessem ocorrer, de favorecer trocas afetivas significativas entre as mulheres presas, oportunizar que cada uma das participantes do grupo acolhesse a dor e sofrimento da parceira e que todas, ao seu modo e tempo, pudessem vir a ressignificar suas próprias experiências na **vivência do grupo de TC**.

Terapia Comunitária: um campo de consciência

É certo que **falar qualquer coisa** não produz necessariamente mudanças e, especialmente em uma população prisioneira as transformações certamente são mais lentas, uma vez que a própria instituição prisional, em virtude da qualidade das relações que produz, não favorece a saúde mental de ninguém. Mas, com a utilização da TC no final de 2012 e ao longo do ano de 2013, pudemos experimentar, ao lado de algumas mulheres presas, algumas delas gestantes em distintos momentos da gravidez, **como** atribuir novos sentidos para a própria vida em companhia de outras pessoas que têm ou tiveram experiências semelhantes é extremamente significativo, favorece a reflexão sobre a própria vida, auxilia na descoberta de alternativas de enfrentamento dos problemas, promove a solidariedade, a humanização e, especialmente, amplia a qualidade de percepção sobre as escolhas e sentimentos, algumas das vantagens apontadas na utilização desta técnica criada por Adalberto Barreto.

A utilização da Terapia Comunitária – TC – na unidade feminina, surgiu como possibilidade de intervenção e de promoção de saúde para mulheres que vivem em situação de vulnerabilidade e risco social. Barreto (2008) preconiza que o objetivo principal desta prática é auxiliar o indivíduo a sair de um possível sofrimento e submissão, atingir liberdade interior e autonomia e permitir às pessoas que se tornem mais conscientes e autoras de sua própria história, portanto é inegável o valor de sua utilização nestes locais.

Não é nosso objetivo neste texto descrever e refletir de forma aprofundada sobre os princípios teóricos da Terapia Comunitária, nem tampouco especificar detidamente os passos da técnica. Neste artigo, focaremos a atenção em alguns princípios – embora todos sejam importantes – que fundamentam a Terapia Comunitária, pois entendemos que eles são, no caso da aplicação da técnica nas prisões, sutilmente mais relevantes e abordaremos os passos da TC, salientando peculiaridades e importâncias no ambiente prisional.

Quando pensamos no atendimento de pessoas na condição de encarceramento por meio da Terapia Comunitária é admissível que esta experiência, ao mesmo tempo que agrega conhecimento ao corpo teórico da TC, em termos de sua aplicabilidade em diferentes campos, evidencia a necessidade de uma reflexão mais profunda sobre os fenômenos psíquicos diferenciados que caracterizam a vida mental de pessoas que estão privadas de sua autonomia. Pessoas presas sentem e percebem a realidade de seu meio de forma distinta de quem está livre e, portanto, as experiências **intra e inter psíquicas** que se processam **nas/ e a partir** das relações de cada uma das mulheres encarceradas com as demais e delas com o staff institucional merece uma atenção especial. O bom andamento de uma Terapia Comunitária na prisão depende do entendimento de como estas relações se processam.

No que se refere à questão dos princípios ou alicerces teóricos da Terapia Comunitária, a reflexão sobre o pensamento sistêmico adquire, em nosso entendimento, qualidade diferenciada no ambiente prisional. Barreto (2008, p.27) afirma que o pensamento sistêmico:

[...] nos diz que as crises e os problemas só podem ser entendidos e resolvidos se os percebemos como partes integradas de uma rede complexa, cheia de ramificações, que ligam e relacionam as pessoas num todo que envolve o biológico (corpo) o psicológico (a mente e as emoções) e a sociedade. Tudo está ligado, cada parte depende da

outra. Somos um todo, em que cada parte influencia e interfere na outra parte.

Dessa forma, se todos estamos ligados, fazemos parte de um todo, no qual uma parte influencia a outra, estabelecemos na rede de relações o **pertencimento ao grupo**. Comumente pensamos no funcionamento de sistemas menores como nossa família, nossa comunidade religiosa, nosso ambiente de trabalho, mas quanto mais cresce o número de pessoas, mais complexos se tornam os sistemas, pois vão ampliando as conexões a tal ponto que, em alguns momentos, quase podemos ter a sensação de que não fazemos parte de algumas realidades sociais ou mesmo não interferimos nelas.

Um engano defensivo certamente, pois, absolutamente tudo o que acontece nos diz respeito em maior ou menor grau, com maior ou menor consciência ou capacidade crítica de nossa participação. A perspectiva sistêmica é dentre os conceitos apresentados por Barreto (2008) em seu texto, um dos mais relevantes, em nossa percepção, pois uma unidade prisional é um sistema particular, dentro de outros sistemas sociais, todos interconectados, embora muitos vejam a prisão como um local que abriga aqueles **que não mais pertencem**.

Lopes (1998), em seu estudo sobre agentes de segurança, obteve de seus entrevistados declarações que apontavam a prisão como “[...] um outro mundo”, “[...]um mundo à parte”, “[...] um mundo onde se entre de manhã, mas não se sabe se conseguimos sair no fim da tarde.” As declarações destes agentes são absolutamente paradoxais pois a prisão é deste mundo e desta sociedade, mas ao mesmo tempo eles trazem, em suas revelações, algo de distinto, algo que de fato acontece, apenas ali, na prisão. A prisão é um microcosmo **encapsulado**, de alguma forma a prisão filtra a realidade externa, segrega, separa e quase cria um **novo mundo** para quem está lá trabalhando ou cumprindo pena. Um exemplo do que Foucault (1977) apontava como a **celularização**, da mesma forma que aqueles que cumprem penas nas celas, os que trabalham (sobre) vivem em seus **casulos-salas**.

Os sentimentos e as realidades experimentadas nas prisões continuam sendo **humanos**, mas nas relações que se produzem ocorre uma exacerbação de alguns aspectos do psiquismo, os quais, no mundo externo, as pessoas, quase que habitualmente, costumam ignorar. É necessário admitirmos que as pessoas caminhando pelas ruas não ficam 100% do tempo olhando para os outros e esperando serem assaltadas, furtadas, sequestradas, estupradas, etc. Algo em nossa vida mental, além do chamado pacto

social que pré-estabelece o respeito mútuo entre todos os cidadãos, favorece nosso sentimento de confiança nas pessoas na maior parte de nossas experiências, embora seja natural que possamos desconfiar muitas vezes e isto é muito adequado.

Para que tenhamos a possibilidade de pertencer a um sistema, de nos sentirmos **fazendo parte dele** é necessário que possamos desenvolver **vínculos de confiança**. Na prisão, no entanto, as relações se estruturam, exclusivamente, na **desconfiança** não existe ali nada que favoreça a vinculação, ao contrário, todos os que estão presos sabem que ali estão porque traíram a confiança de alguém e quem trabalha sabe disso tanto quanto eles. As relações se mantêm por interesses, conveniência e favorecimento.

Sistemas que se estruturam com base neste tipo de qualidade relacional produzem, na melhor das hipóteses indivíduos neurotizados e **neurotizantes**, nos piores casos, a ruptura com o real é a estratégia defensiva que a psicose oferece. Nas prisões é pouco provável que as pessoas **se sintam parte de algo**, na realidade, elas expressam que desejam “[...] sair dali”, “[...] retomar suas vidas, suas relações” e especialmente sugerem que desejam voltar a **pertencer a um sistema**, na maioria das vezes o sistema primário familiar.

No entanto, cabe salientar, que algumas pessoas, por um histórico particular de vida, passaram anos seguidos de sua existência nas **instituições** abrigo para abandonados ou vitimizados, nas de internação por prática infracional quando adolescentes ou nas prisões já na vida adulta. Nestes casos a relação de **pertencimento**, tão crucial ao psiquismo humano, se estrutura nas relações **com os agentes e com o espaço familiarizado da instituição**. Estas são as pessoas que, depois de saídas e entradas acabam por confessar que não conseguem viver no **mundo externo**, comumente elas são conhecidas com **institucionalizadas**. As pessoas que trabalham nessas instituições por um grande período e que não são acompanhadas ou para as quais não sejam oferecidas oportunidades de reflexão e reciclagem, podem vir a sofrer de um mal semelhante aos que não conseguem mais viver fora de lá. Um agente de segurança expressou bem esse sentimento ou condição denominando-a de **síndrome de emparedamento**, um conjunto de sintomas que o trabalhador apresenta e que o assemelha às pessoas que estão presas – gestos, gírias, comportamento, além da corrupção (LOPES, 1998).

Seminotti e Cardoso (2007) ressaltam que quando estabelecemos uma relação de pertença a um grupo e, portanto, a um sistema, fazemos isso com o intuito de nos distinguirmos de outros. Neste processo são definidas fronteiras, o permitido, o proibido, o uso do tempo, um dentro e

um fora são estabelecidos objetivando que, juntos, seus membros possam fazer algo **em conjunto**. A perspectiva sistêmica e de pertencimento a um grupo ao mesmo tempo que nos aproxima pelo que temos de comum, nos separa por aquilo que temos de distinto.

A atividade na Terapia Comunitária traz consigo, durante a experiência do grupo, a possibilidade de **quebrar** com essa realidade tão cristalizada em nossas relações. No que diz respeito à realidade prisional, um espaço onde a desconfiança reina absoluta, a TC aparece como uma estratégia durante a qual cada um pode resgatar, **na experiência do grupo**, o saudável sentimento de pertencimento, uma vez que ele está diretamente relacionado com o sentimento de **ser reconhecido** e ser alguém diferenciado da multidão e, ao mesmo tempo, ser **alguém para o outro** e, portanto, alguém **para além do número de matrícula**. Ao produzir agregação, união, participação e troca, produz saúde mental. A TC permite resgatar pertencimento, mesmo que não seja da mesma intensidade e força do vínculo de pertencimento que nos liga aos nossos familiares, por exemplo. Tendo em vista que muitas pessoas presas são abandonadas por seus familiares a Terapia Comunitária permite a cada participante, resgatar, no mínimo, seu pertencimento ao **grupo de humanos**, grupo do qual todos eles são banidos, por outros humanos, quando cometem um crime.

A partir destas reflexões sobre o funcionamento do sistema relacional nas prisões e o sentimento de pertencimento, o Acolhimento é, com certeza um momento crucial na utilização desta técnica com pessoas encarceradas. A forma como são recebidas e acolhidas pode permitir a elas, gradativamente, a percepção de que são pessoas **bem-vindas e esperadas**, favorecendo um movimento de abertura de sua vida afetiva e sua participação no grupo, sendo claramente um movimento oposto ao que elas estão habituadas a viver no cotidiano da prisão. Dessa forma um Acolhimento adequado é favorecedor do desenvolvimento do sentimento de pertencimento ao grupo, ser recebido com uma música de boas-vindas é uma espécie de saudação à vida de quem chega, é reconhecer na pessoa que chega o valor de sua individualidade.

Outro princípio de relevância para a compreensão do valor que a TC tem no ambiente prisional é o da comunicação. No espaço prisional, houve época em que o silêncio era uma exigência e sua prática representava a possibilidade do indivíduo refletir sobre sua vida e seus atos (FOUCAULT, 1977). Felizmente ao longo das décadas a palavra passou a ser permitida e, como já dissemos é uma das poucas ações espontâneas que as presas podem ter, apesar das rígidas regras de convivência, quer sejam impostas por outras presas ou pelas normas institucionais, O **falatório**

cotidiano não produz entendimento é verborrágico, distenciona, serve apenas para que a energia contida no corpo extravase de alguma forma; uma forma desesperada de recuperar, em algum nível, a homeostase. Mas, o que o falatório revela para além da função de **extravasar tensões** e que ele é a manifestação **singular da ausência da regra** num ambiente onde praticamente tudo é controlado.

No espaço da TC, o falar é conduzido por uma sequência de regras que também são apresentadas no momento do Acolhimento, os participantes são orientados a fazer silêncio quando o outro fala, que cada um só fala de sua própria experiência e sempre na primeira pessoa “eu”, que o grupo não é local de conselhos, sermões ou julgamentos e que a história de cada um deve ser respeitada. Na dinâmica prisional as regras referem-se às necessidades de manutenção da segurança e disciplina, são regras impostas que limitam tempos e movimentos, que objetivam a homogeneização das internas, todas usam as mesmas roupas, caminham pelos corredores em determinada postura, não circulam em determinadas áreas, dentre tantas outras.

Na TC também existem regras, mas seus efeitos são significativamente distintos sobre as participantes porque as regras nas prisões são impostas a todos e cada um é um fiscal do outro no cumprimento das mesmas, o cumprimento da regra se faz no contra-controle de um sobre o outro. O **falatório**, neste sentido, também pode ser visto como a válvula de escape às regras. Na TC as regras são apresentadas, explicadas e seu sentido é apresentado como uma possibilidade de oportunizar a cada participante o direito de falar e ser ouvido **com respeito**. Dessa forma as regras são entendidas e assimiladas **na relação com o outro** e o outro se torna **um parceiro** não mais um vigia em potencial. As regras na TC têm o valor intrínseco de produzir regularidade e ritmo, permitindo que o **falatório** passe a ser uma **fala com sentido** e que **adquire sentido para o outra** que ouve, porque cada uma reconhece a importância do tempo para falar e do tempo para ouvir, do valor da experiência individual e de que todas as experiências têm valor.

Evitar o julgamento, uma das regras da TC num ambiente onde as mulheres presas continuam a ser julgadas mesmo depois da pena estabelecida, situações nas quais se evidencia o que Foucault (1984) denominou **microfísica do poder**, e que estão presentes nos comentários desonrosos das agentes de segurança, na demora ou ausência de atendimento médico, na precariedade das dietas para gestantes, na falta de medicamentos, na rapidez dos atendimentos médicos e principalmente no poder que é estabelecido pelas chefes de facções que cumprem pena na unidade e

que determinam, inclusive, um controle sobre a comunicação das demais mulheres estabelecendo regras sobre o que elas podem ou não falar, **que elas não devem chorar** e que não podem ficar muito tempo em uma mesma atividade oferecida pelos técnicos, pois as mulheres **podem vir a falar demais**.

Abandonar o julgamento é uma tarefa difícil para mulheres encarceradas, embora seja um dos mais nobres aprendizados que a TC oferece a elas. Quando uma ação de qualquer pessoa é julgada, ela é tomada como algo que **não deveria ser do jeito que é, porque o jeito que se apresenta é considerado falho, fraco e indesejável** e, dessa forma transmite à pessoa julgada, que sua identidade não está **de acordo** com o caminho correto ou que pode fazê-la feliz. Aprender a conter o julgamento está diretamente relacionado à possibilidade de desenvolver respeito pela diversidade, a alteridade, a diferença e permitir à pessoa que se aproprie de sua própria vida e de suas escolhas quaisquer que sejam elas. Não julgar favorece o desenvolvimento da integridade de cada participante.

Dessa forma, mais uma vez temos como destaque no processo da Terapia Comunitária, a etapa do Acolhimento. Entendemos que é neste momento que a pessoa pode **nascer para uma nova forma de compreensão**. É possível que esta compreensão não seja atingida da primeira, nem na segunda vez que uma pessoa participa da TC, mas a regularidade na repetição das regras permite que, aos poucos, elas sejam internalizadas e assimiladas por todos e cada um, fortalecendo a rede de colaboração, o sistema, a comunicação entre todos e, também o pertencimento e a confiança.

Por fim, um último princípio que entendemos de significativa importância ao ambiente prisional é a resiliência que, nada mais é do que a capacidade de enfrentamento das situações adversas de forma criativa e construtiva. Numa TC, os coordenadores não objetivam

[...] identificar as fraquezas e carências. Não tentamos diagnosticar os problemas nem os meios de compensá-los, pelo contrário, a meta fundamental da Terapia Comunitária é identificar e suscitar as forças e as capacidades dos indivíduos, das famílias e das comunidades para que, através desses recursos, possam encontrar as suas próprias soluções e superar as dificuldades impostas pelo meio e pela sociedade. (BARRETO, 2008, p.32).

A pena privativa de liberdade talvez seja o maior inimigo da **resiliência**, pois fragiliza, enfraquece, apazigua e mesmo domestica

muitos dos comportamentos e dos impulsos das pessoas presas, na melhor expressão foucaultiana, **quebra as resistências quer sejam de homens ou mulheres presas**. Ao final nada mais produzem do que uma moral heterônoma. As mulheres em cumprimento de pena são mais sensíveis do que os homens em condições parecidas, elas são mais solicitantes de atenção e os recursos das unidades, a exemplo da que realizamos as oficinas carecem de profissionais em número suficiente para prestar assistência psicológica e os medicamentos psicotrópicos passam a ser a melhor estratégia de controle dos comportamentos indóceis e incômodos.

Manter-se resiliente em uma unidade prisional não é uma tarefa para qualquer ser humano, pois as prisões **abrem fendas simbólicas nas pessoas presas, mas fazem escoar sentimentos verdadeiros de espontaneidade, vontade, criatividade, disposição e força**. A resiliência é um indicador de força psicológica. É muito provável que se encontrem muitas mulheres presas sem resiliência, portanto frágeis e sem perspectiva, mas a Terapia Comunitária é capaz de fazer ressurgir a resiliência em quem já a possui e mesmo fazer nascer em quem ainda não tem. Nas rodas de TC a resiliência pode ser observada nos rituais de agregação e conotação positiva pela qualidade da fala dos participantes e no caso das mulheres presas embora talvez com alguma dificuldade, muitas expressam sua resiliência por uma solução positiva encontrada, a criatividade e busca de alternativas diante dos problemas, a projeção ao futuro, um a vez que foram acolhidas e cuidadas podem admitir a possibilidade de **caminhar para o mais**, como diria Bert Hellinger (2009).

Método

Este artigo é um relato de experiência que apresenta os resultados de 32 (trinta e duas) Rodas de Terapia Comunitária ocorridas de dezembro de 2012 a novembro de 2013 e que foram supervisionadas pelos Coordenadores do CENPE – UNESP de Araraquara, numa unidade prisional feminina da cidade de São Paulo. Ao todo, participaram da roda 279 pessoas, sendo 258 adultos, 14 adolescentes e 04 crianças. Dos participantes 278 eram mulheres e apenas 01 homem e, dentre eles tivemos presas comuns, presas gestantes, funcionários e estagiários das áreas de Psicologia e Serviço Social.

O número de participantes em cada uma das Rodas foi variável e a maioria delas ocorreu com mulheres presas, sendo que este artigo se refere, exclusivamente, às experiências vividas com elas. Os procedimentos adotados na realização da Roda de TC seguiram o modelo estabelecido

durante a formação e, em 31 delas foram os participantes que escolheram o tema, apenas em uma seguiu-se o modelo de uma Roda de TC Temática, junto ao grupo de gestantes.

A organização do material colhido nas Rodas de TC, do qual apresentamos parte neste texto seguiu o modelo estabelecido pelo CENPE para o registro das atividades. No Formulário Padrão, continham informações sobre o Pólo Formador, do Endereço no qual aconteciam as rodas, os nomes dos Terapeutas e Co-terapeuta, Quadro com informações dos participantes – sexo, idade e quantidade de presentes à roda, Quadro com indicações gerais de possíveis temas apresentados durante a etapa da Escolha do Tema, Quadro do Tema Escolhido, o Quadros das Estratégias de Enfrentamento e o dos Depoimentos Significativos da TC e, por fim, espaço para anotação de indicação de possível encaminhamento e o tipo realizado. A análise dos resultados estará referenciada nos autores da área da Terapia Comunitária, da Psicologia de Grupos, da Psicologia, Psicologia Jurídica Prisional e Sociologia.

Os dados colhidos a partir dos temas apresentados e escolhidos durante as rodas foram organizados em Categorias de Análise, apresentadas abaixo. Entendemos que tais categorias agrupam sentimentos e experiências vividos pelos participantes ao longo das experiências nas Rodas de TC. Nas análises também serão discutidas as estratégias de enfrentamento e depoimentos relevantes trazidos pelos participantes. Entendemos que outros tipos de categorias análises poderiam ser elaboradas a partir do material colhido, mas estas foram as que elegemos para este momento.

Categorias de Análise

1. Filhos, a conexão com o mundo externo e a continuidade da vida.
2. Relacionamentos amorosos: as mulheres presas e o romantismo.
3. Autoestima: o desconhecido de si no espaço institucional

Apresentação dos Dados

Das 32 Rodas de Terapia Comunitária realizadas, foram pelos participantes um total de 111 temas. Deles 27 estavam relacionados a experiências de **estresse**, 19 a sentimentos de **rejeição e abandono**, 12 a conflitos familiares, 09 a **sentimentos de depressão e perda**, 05 a questões de **uso de droga e alcoolismo**, 04 relacionados a **conflitos** de modo geral, 03 a experiências de **violência**, 02 a problemas de **trabalho**, 02 a **problemas mentais**, 01 relacionado à discriminação, e dentre os demais propostos

pelo CENPE, os temas **prostituição e problemas escolares** não foram apresentados nenhuma vez. Os demais temas apresentados distribuíram-se de forma significativamente pulverizada na categoria *outros*, sendo que o tema **opressão** foi apresentado 03 vezes, saudades 03 vezes, tristeza 02 vezes e os demais, que incluem a **culpa, impotência, qualidade dos vínculos, desespero, saudade, política brasileira, mudanças nas celas, ética do crime, saudade, tristeza, mentira, vínculo e confiança, ausência do trabalho, vergonha, ausência dos filhos, opressão, humilhação, descoberta de doença – Aids, não querer viver e homossexualismo** apareceram uma única vez. A Roda temática versou sobre o tema **experiência de entrega do filho que nasce na prisão para alguém da família ou outra pessoa**.

De todos os temas sugeridos pelos participantes, após a eleição do tema a ser discutido, em ordem da 1ª à 32ª Roda tivemos os seguintes Temas como os escolhidos para a Contextualização e Problematização: **Ausência dos filhos, Tristeza por ter perdido o controle da vida dos filhos, Sentimentos de Perda e incapacidade de perdoar-se, Casamento frustrado, Separação dos filhos, Carência de Autocontrole, Eu quero dar o amor que tem em mim, Reciprocidade nos relacionamentos, Saudade, Arrependimento, Angústia e saudade, Sentimento de Opressão pela mãe, Sentir-se excluído e não entendido, decepção diante da doença, Drogadição da mãe, Desespero, Ausência e saudade dos filhos, Tristeza com a situação do filho, Tempo ocioso e ausência do trabalho, Como se sentirá com a entrega do filho, o que acontece no Brasil hoje, Injustiça da Justiça, Relação com o marido e confiança, Perspectiva de vida pós prisão, Culpa e mudança na aceitação familiar, Amizade, Adolescência, Eu sou nega e não gostam de mim, Discriminação, Medo de fazer a escolha errada e se arrepender, Não quero mais viver e Medo da morte.**

Das Temáticas de Enfrentamento diante do Tema escolhido, em 25 das rodas, apareceram as seguintes estratégias: **Fortalecimento e Empoderamento pessoal**, ou seja, **a capacidade de apropriar-se do seu poder de agir**, em 12 delas os participantes entenderam ser necessário **Buscar redes solidárias – amigos –**, 12 vezes as estratégias apontadas foram **buscar ajuda religiosa ou espiritual**, 12 vezes **cuidar e se relacionar melhor com a família**, 06 os participantes entenderam que a estratégia adequada é **buscar ajuda de amigos**, 19 vezes entenderam que uma estratégia adequada seria a **participação nas Rodas de Terapia Comunitária** e, na categoria *outros*, apareceram ainda como estratégias **preencher o vazio com alguma atividade, usar a ironia como forma de**

enfrentar situações desfavoráveis, estudar mais e se formar e, por fim sentar e chorar.

Com relação a Depoimentos Significativos apresentados pelos participantes na Etapa de Rituais de Agregação e Conotação Positiva as seguintes falas dos participantes⁵: “[...] Podemos confiar nas pessoas e não ter preconceitos; Podemos confiar nos outros; Quando cansar de nadar, viro de costas e boio e vi que o céu é azul; Sempre há possibilidade de mudança, minha dor não é maior do que a do outro; Eu pensava que estar na prisão ia me deixar dura, mas hoje eu percebi que meu coração ainda tem sentimentos; Vou pra cela e queimar tudo (cartas do antigo amor) precisamos dar, mas também receber; Foi uma experiência de superação; Eu senti esperança; A semana que vem vou ter algo para comemorar; Quando a relação não estiver equiparada, a gente deve ir esvaziando devagar para não explodir; Saudade é um sentimento bom, pois nos traz recordações de coisas boas; Eu quero o meu melhor; Olhando para o passado a cadeia foi mais boa do que ruim; Eu vou conversar com minha filha, descobrir que posso recuperar o tempo perdido; Eu aprendi que devo compreender, embora às vezes não consiga aceitar minha mãe; As coisas que vivo como adulto eu vejo que estou refletindo coisas de criança; Rir é o melhor remédio; Tudo passa até uva passa; O jeito é deixar pra lá; Para coisas importantes, incomodar até conseguir; Ter esperança, não desistir, viver um dia de cada vez; Quando estou em situação difícil e sem saída busco Deus; Buscar fazer o que pode quando não pode fazer o que quer; Pensar nos buracos do caminho, se estou diante de um buraco grande, melhor dar a volta para não cair nele devo aprender com os meus erros e me desviar dos buracos que conheço; Tudo passa e nada é eterno; Amanhã é outro dia; Sentar e chorar; Só Deus para nos ajudar; Por mais que eu tenha errado, não queria que isso acontecesse com meu filho; Vir aqui é muito bom ajuda a clarear o pensamento; É preciso jogar as coisas fora para receber novas; Eu vou sofrer, mas vou continuar lutando pelo meu filho; Eu vou ficar os seis meses com o meu filho, talvez esses sejam os únicos que vamos passar juntos; Se eu não tenho título não existo, o que eu sou? Estrangeira? De outro mundo? Eles estão sumindo com o povo da cracolândia por causa da copa, muita gente vai ser presa ainda; O governo quer a gente burra, precisamos ter mais consciência; Sinto muito remorso quando logo após fazer uso de crack peguei meu filho no colo e senti que ele teve uma crise de abstinência, minha história é a história de quem venceu o crack; Dar mais valor para as pessoas da família e pensar nos

⁵ As falas apresentadas aqui são transcrições literais dos participantes.

conselhos dos pais; Quando eu sair não vou abaixar a cabeça quando me disserem não vou continuar a lutar; Paz, estou alegre por falar coisas que não conseguia falar; Um amigo pode ser um porto seguro, mas também pode levar ao lixo, cuidado esse não é amigo, Deus é amigo; Quem ama também dá limites; Ninguém é melhor que eu só porque não é negra; A doença eu posso tratar, não sou inferior por causa disso, agora vou parar de rir ou ter medo de quem tem isso (Epilepsia); Ter coragem, paciência e foco; Eu quero viver, eu não quero ser ninguém, eu me amo; A morte é só uma etapa, tenho que viver a vida.”

Por fim, ainda quando aos dados que pretendemos proceder análises, resta mencionar das Rodas de TC as informações quanto aos encaminhamentos procedidos. Do total de 32 encontros foram realizados apenas 09 encaminhamentos sendo que 04 deles foram para o setor de saúde da unidade, especialmente no grupo de gestantes que apresentaram problemas por falta de acompanhamento continuado e um caso de participante HIV positivo, para orientações; 01 participante foi encaminhada ao atendimento do Serviço social e 03 para atendimento psicológico e 01 para a assistência jurídica da unidade.

Análise dos Dados

Como mencionamos anteriormente, a análise dos dados será conduzida a partir das categorias que utilizamos para organizar os temas apresentados e escolhidos. Dessa forma apresentamos a seguir nossas análises, entendendo desde já que elas são apenas uma perspectiva ou um olhar sobre a imensa realidade que as manifestações dos participantes puderam representar tanto para nós mesmos, no presente, como no futuro se viermos a rever o que pensamos hoje, como também para outras pessoas. Admitimos com isso, que muitas outras compreensões são possíveis e cabíveis e esperamos que elas possam surgir e ampliar a compreensão das experiências daqueles que atuam nas prisões para além do que pudemos alcançar.

Filhos, a conexão com o mundo externo e a continuidade da vida.

Em seu estudo sobre o Amor Materno em Mães Presas, Lopes (2004) menciona que para aquelas que fizeram parte de seu estudo, os filhos tinham um valor significativamente grande. Eles eram apresentados pelas mães como “**um dom de Deus.**” Para as mães pesquisadas por ela, receber o dom de ter um filho é uma graça que diferencia a mulher agraciada de

outras que podem ser apontadas como uma “**árvore seca.**” Não produzir um “**fruto**”, possivelmente, afasta a mulher do contato com o divino e transcendente. O filho entendido como um **dom** “[...] inconscientemente para a mãe encarcerada é a ponte que permite a ela transitar do mundo real – mundo de dores, humilhação, carências afetivas e de aprisionamento – para o mundo em que ela espera viver uma experiência de plenitude e felicidade, um mundo sem sofrimento.” (LOPES, 2004, p.145).

Nas diferentes Rodas de Terapia Comunitária, a temática dos filhos apresentou uma recorrência que devemos considerar relevante e que, confirmando as colocações de Lopes (2004) os filhos têm a capacidade de fazer com que as mulheres presas estabeleçam profundas reflexões sobre suas vidas. Entre as gestantes foi possível encontrar quem admitisse que ao ver o filho com crise de abstinência “[...] sentiu remorso pelo uso do crack”, outras querem ficar com os filhos “os [...] 06 meses” que a lei garante a elas, mesmo que, de forma dramática, tenha sido possível reconhecer, em virtude da longa pena, que estes poucos meses “[...] sejam os únicos que vamos passar juntos.” As mulheres presas ao pensarem em seus filhos nas rodas admitiram que os erros cometidos são vistos com muito sofrimento porque a mãe não quer que isso “[...] acontecesse com seu filho” fazendo clara alusão ao fato dele ir parar numa prisão.

A prisão embora seja uma instituição que subtrai tanto daqueles que lá passam anos de suas vidas parece que ainda mantém algumas pessoas com disposição para encontrar soluções alternativas no enfrentamento de seus problemas ou ouvir uma mãe afirmar que vai “[...] conversar com minha filha” porque durante o trabalho na Roda de TC descobriu “[...] que posso recuperar o tempo perdido” nos faz pensar que esta técnica agrega um profundo valor no sentido de despertar sentimentos e qualidades humanas que possam parecer esquecidas no mundo interno de pessoas que vivem **no esquecimento**. Para mulheres que participaram nas rodas e que tinham filhos temos a convicção de que muitas de suas relações puderam ser repensadas, pois como afirmava Lopes (2004, p. 145), o filho:

[...] devolve a mãe ao *domus*⁶. Ela, de alguma forma sabe que ele a permitirá, novamente resgatar o lugar de *domina* e *dominatrix*. Ela será, por intermédio de seu filho, reconduzida a sua casa e a sua família, será, novamente, não só a dona da casa, mas também senhora de seu próprio destino.

⁶ Domus, palavra derivada de **dom** significa casa e as palavras domina e dominatrix, respectivamente senhora da casa e senhora de seu próprio destino é uma alusão interessante à importância do filho na vida de uma mulher.

Nas palavras de uma participante de uma das Rodas de TC, podemos perceber que os filhos são capazes de mover forças incríveis em uma mulher e que as levam a admitir que “[...] Eu vou sofrer, mas vou continuar lutando pelo meu filho.” A prisão não é capaz de vencer o amor de uma mãe e nas Rodas elas puderam reviver esta força e aflorar este sentimento. Neste sentido, fica claro o que afirma Barreto (2008, p. 303), ou seja, que a TC “[...] é uma ação cidadã, que transcende classes sociais, profissões, raças, credos, partidos [até mesmo a condição moral, entendemos agora]. Cada um partilha seu saber, sua competência, construindo uma grande rede solidária.” A TC permite que as pessoas se recolorem em seus lugares que se (re) empoderem de suas vidas, escolhas e destinos.

Relacionamentos amorosos: as mulheres presas e o romantismo.

Mulheres presas têm necessidades afetivas como quaisquer outras mulheres. A vida na prisão é uma vida de apartação social, na qual, especialmente mulheres presas são frequentemente abandonadas pelos seus parceiros. Muitas delas estão presas porque foram flagradas levando droga ou celulares para eles na prisão, ou ainda se envolveram em uma vida de crimes porque os parceiros que cumprem penas as deixaram com filhos e sem outras oportunidades de inserção social. Segundo Machado et al. ([20--]) no texto Observatório Penitenciário, a influência de terceiros é o que mais influencia as mulheres à prática de crimes e estes, geralmente são parceiros com os quais elas mantinham vínculos afetivos e até mesmo tinham filhos, antes da prisão. Segundo os autores muitas mulheres foram presas na porta da prisão “[...] quando transportavam drogas para dentro dos presídios, principalmente dos masculinos, quando iam visitar familiares detidos.”

Muitas das mulheres traficantes, apesar de conscientes de que o seu ato representa transgressão à norma penal e sabedoras do repúdio social sobre a figura do traficante, não se reconhecem como criminosas, pois, para elas, as identidades relacionadas à vida doméstica – mãe, companheira, filha – sobrepõem-se àquelas que dizem respeito à sua condição de traficante. De fato, na visão das mulheres traficantes, suas múltiplas identidades não estão dissociadas no cotidiano. (PIMENTEL, 2008, p.7).

Observamos estes fatos claramente durante as rodas, as mulheres falam de suas experiências com os delitos, especialmente o tráfico, de uma

forma quase natural, uma espécie de decorrência de suas vidas e escolhas, mas depois que são presas, o abandono por parte dos parceiros, e a falta de confiança de que a relação se mantenha, é uma espécie de fantasma que as persegue. Pudemos perceber o alívio que foi poder falar que “[...] Vou pra cela e queimar tudo (cartas do antigo amor) precisamos dar, mas também receber” ao reconhecer que alimentava um amor **sem futuro** e dar-se conta que olhar para si mesma, para suas necessidades permitiria reconhecer que “[...] Eu quero viver, eu não quero ser ninguém, eu me amo.”

Muitas mulheres presas são românticas, sofrem de um amor estabelecido por inteligibilidades de gênero que colocaram as mulheres no lugar das **dependentes e carentes**, muitas vêm de família nas quais as mães já eram submissas e o modelo relacional era o do homem que **domina** e da mulher **que obedece**. Um amor sinônimo de subjugação que pode ser discutida e repensada junto a outras que viveram os mesmos determinantes e que puderam se conscientizar que “[...] É preciso jogar as coisas fora para receber novas [ou ainda que] Pensar nos buracos do caminho, se estou diante de um buraco grande, melhor dar a volta para não cair nele devo aprender com os meus erros e me desviar dos buracos que conheço.” A maioria das mulheres que participaram das rodas sabem de suas fragilidades. Poucos foram os casos de participantes das Rodas que sugeriam algum tipo de sofrimento mental mais severo, embora muitas tenham referido doenças mais comuns. Barreto (2012) afirma em seu texto que quando a boca cala os órgãos falam, assim sintomas tais com dores de cabeça, pela dificuldade de equilibrar as emoções, as dores de estômago, resultantes da raiva, ou ainda os problemas relativos à falta de ar, relativos à perda do território, são registros da ausência da fala sofre possíveis perdas, no caso de seus parceiros, mulheres que perderam seus parceiros, não tem confiança nas relações, que foram destituídas de seus *domus*, que perderam referências amorosas, mas que como toda mulher buscam afeto. Nas Rodas, para algumas a solução é “[...] deixar para lá”. Para outras “[...] em situação difícil e sem saída busco Deus”, mas a maioria, as Rodas permitiram perceber que “[...] Tudo passa e nada é eterno [...] Amanhã é outro dia.” Mas falar traz alívio e “[...] Rir é o melhor remédio.”

Autoestima: o desconhecido de mim no espaço institucional

O tema da autoestima foi, de longe, o que mais movimentou as rodas de Terapia Comunitária. Poder falar de si mesmas foi um grande exercício de (re) conhecimento para as mulheres presas. Falar de seus sentimentos,

sonhos, desejos, ao relatar às parceiras o que as afligia e perceber que suas parceiras sentiam e pensavam coisas semelhantes em suas experiências singulares, possibilitou que várias delas se sentissem mais empoderadas. Em nosso entendimento, autoestima, ou o amor por si, é um tipo de sentimento que guarda relação com a autoaceitação, na medida em que para amar a si mesmo a pessoa necessita aceitar sua história, seus determinantes socioculturais, sua família, tudo o que a constituiu, mesmo antes que ela pudesse saber quem era e ter consciência que era alguém que podia fazer escolhas. Somos seres constituídos socialmente, somos resultantes das experiências que temos junto a outros humanos.

Nem todos os seres humanos têm experiências felizes em seu desenvolvimento. Alguns nascem e não são acolhidos de uma forma amorosa ou não têm o que Winnicott (1994) denominou **mãe suficientemente boa**, ou seja, uma mãe com capacidade amorosa suficiente para promover um desenvolvimento adequado de seu filho (a) de modo que este ser humano atinja a maturidade sendo capaz de cuidar de si e respeitar os outros em suas singularidades. Muitas mulheres presas sofreram histórias de abandono e, portanto, apresentam problemas de autoestima e autoaceitação. Quando uma mulher presa manifesta em uma Roda de TC que “[...] Se eu não tenho título não existo, o que eu sou? Estrangeira? De outro mundo?” ela não está falando apenas do preconceito e da discriminação, ela também fala do difícil reconhecimento de que ela admite que algo **falta nela** e que a faz diferente, distinta, alguém que pertence **a um outro mundo**, um lugar que não a aceita **como ela é**, ou com as qualidades que ela tem.

As mulheres presas são cotidianamente **bombardeadas** com doses maciças de humilhação, discriminação e exclusão. A maioria delas vive situações de violência nos mais distintos tipos de serviço e atendimento institucional. Durante o período de realização das rodas de TC, acompanhamos gestantes em atendimento individual e tivemos a oportunidade de constatar que muitas delas se queixavam do atendimento médico “[...] eles nem olham para nós, não colocam a mão e nem falam direito com a gente”, outras iam realizar exames, mas retornavam **desconsoladas** porque os aparelhos estavam quebrados, também se queixavam da ausência de medicamentos, alimentação diferenciada, dentre tantas outras coisas.

Mas a precariedade na atenção básica à saúde das gestantes também se estende às demais mulheres presas e, como decorrência, interfere no **cuidado de si**, outro componente da autoestima. A saúde no sistema prisional é precária e mulheres presas são obrigadas a suportar este sofrimento cotidianamente. Mas, como diria Goffman (1975) as experiências

da criminalidade criam um tipo de estigma aos seus autores que, quase inviabiliza, em virtude do preconceito, a disponibilização de atenção e reconhecimento dessas pessoas como seres merecedores de respeito. Para muitas delas “[...] Sentar e chorar” ou só contar com “[...] Deus para nos ajudar”; essas falas que apareceram nas rodas denunciaram a dor e sofrimento ali existente.

A auto-estima nos conduz à felicidade, quando acreditamos em nós mesmos e em nossa capacidade de superar os obstáculos. Sentimo-nos mais confiantes, mais seguros, mais persistentes na busca do sucesso de nossos atos. Nessa caminhada, as quedas são atribuídas a nossas falhas. Assumimos nossos erros, nos corrigimos e prosseguimos com maior confiança em nossa capacidade de superação. Só podemos agir dessa maneira quando compreendemos o que está acontecendo, quando nos sentimos sujeito. (BARRETO, 2008, p.308).

As atividades nas Rodas de TC, especialmente para as mulheres que tiveram oportunidade de comparecer repetidas vezes, oportunizou uma reflexão mais marcante sobre a autoestima, sem que fosse necessário usar exatamente esta expressão. E os comentários surgidos ao final de cada roda era uma marca ou um registro de que estávamos no caminho certo ao oportunizar tal atividade em um meio tão inóspito como a prisão. **Apesar** da prisão, as participantes da TC externavam que “[...] Vir aqui é muito bom ajuda a clarear o pensamento”, para além de propiciar uma ampliação da capacidade de viver conscientemente, compreendendo o que os nossos atos podem ocultar como afirma Barreto (2008), as rodas possibilitaram a muitas mulheres experimentar um dos mais raros sentimentos vividos em uma prisão, a **confiança**.

Quando uma mulher assume diante de muitas outras que ali, na Roda de TC “[...] Podemos confiar nas pessoas e não ter preconceitos” e sentimos que “[...] Podemos confiar nos outros” constatamos que as Rodas são capazes de produzir nas mulheres presas o sentido de pertencimento, aquele que nos referimos no início deste texto como um dos mais importantes para a constituição de nossa subjetividade. A prisão é, por excelência, a instituição que subtrai dos internos o sentimento de pertencimento e sem ele nossas vidas ficam esvaziadas de afeto e esperança.

Segundo Barreto (2008) as pessoas que não se aceitam não têm um futuro promissor. Dessa forma, oportunizar que as mulheres possam falar de si, de seus acertos e de seus erros, que possam compartilhar suas experiências e perceberem-se como seres pensantes, seres que sentem e que são

capazes de assumir responsabilidades inclusive morais, por seus atos no mundo exterior é produzir autoaceitação e autoestima. Aquele que aprende a se aceitar e a gostar de si mesmo torna-se apto a se “[...] adotar como pessoa” e assim tornar-se amigo de si mesmo (BARRETO, 2008, p. 310).

Uma das mais expressivas colocações sobre o aprendizado da autoestima e da possibilidade de se estabelecer mudanças qualitativas na vida veio da seguinte colocação de uma presa ao final de uma Roda “[...] Quando cansei de nadar, virei de costas e boie e vi que o céu é azul”, outra se coloca deixando claro o quanto as experiências das parceiras se espelharam na vida dela, pois “[...] Sempre há possibilidade de mudança, minha dor não é maior do que a do outro.”

Quando as mulheres presas que participaram das rodas começaram a olhar para elas mesmas e iniciaram o processo de aceitação, fazendo uma avaliação do passado foi possível admitir que até mesmo na prisão se aprende algo e que “[...] a cadeia foi mais boa do que ruim.” Mesmo que suas palavras possam ser questionadas e que saibamos que são bem poucas as coisas boas que existem numa prisão, aquela mulher talvez se referisse ao fato de que com suas participações nas Rodas, ela pode perceber **algo em sua vida** que a fez atribuir algum valor para a experiência prisional e isto foi importante para ela. As Rodas de TC trouxeram à consciência de cada participante que é possível falar de si, de trocar, de criar um ambiente, mesmo na prisão, no qual, **pertencer** pode ser uma realidade e é só quando nós pertencemos a algum tipo de sistema relacional que podemos nos sentir reconhecidos e aceitos.

Conclusões

As prisões são instituições reprodutoras de abandono, solidão, desprezo, exclusão. Levar para este local a experiência da Terapia Comunitária implicou coragem, paciência e perseverança das técnicas envolvidas. É uma tarefa complexa enfrentar a resistência, sempre presente, das atividades de segurança, da indisposição dos agentes de segurança em deslocar mulheres entre os pavilhões para que elas pudessem participar dos encontros, além é claro da resistência das próprias participantes que, embora não pudessem admitir textualmente eram cobradas pelas **irmãs** que comandam o que elas denominam **a ética da prisão**.

Mas para além de todas as dificuldades vividas devemos considerar a experiência exitosa no sentido de que todas as participantes, especialmente as mais frequentes, visivelmente produziram mudanças em seu mundo interno. Seus semblantes se iluminaram, seus olhares eram mais diretos,

seus sorrisos mais francos, suas palavras mais espontâneas. Ao final de cada Roda de TC, vivíamos uma verdadeira experiência de **troca humana de experiências e afetos**. Todos os participantes, quer fossem as mulheres presas ou as terapeutas, puderam olhar para dentro de si mesmos e experimentar algo mover-se no sentido do mais, no sentido da ampliação e da maior consciência sobre si e sobre o outro como um igual em humanidade.

Temos a absoluta convicção de que a experiência da Terapia Comunitária Integrativa nas unidades prisionais é uma das melhores alternativas em termos do que podemos admitir como reintegração social, ou seja, a possibilidade da pessoa presa olhar para si mesma, aceitar-se, refletir sobre sua história e vida **com outras** mulheres que vivem experiências semelhantes.

O objetivo da TC não é outro senão promover saúde. Nas Rodas ninguém é melhor que ninguém, todos se respeitam, todos têm um lugar e a oportunidade de fala, todos se tornam co-responsáveis na busca de soluções e superação dos desafios do cotidiano. É certo de que nesta experiência conseguimos constituir uma **diferença favorável** na relação com as mulheres presas. Foi extremamente produtivo poder transformar o **falatório** cotidiano em falas com sentido, repletas de sentidos pessoais que traziam suas reflexões sobre a vida e a experiência do encarceramento, assim como reflexões sobre possibilidades de mudança no presente, ali mesmo **na prisão**. Uma delas, ao final afirmou “[...] Eu pensava que estar na prisão ia me deixar dura, mas hoje eu percebi que meu coração ainda tem sentimentos.” Perceber-se como alguém que tem sentimentos **na prisão** é ser alguém que está aberto à sensibilidade, à percepção e à mudança. Bastaria que continuasse a ser acolhida e a se sentir pertencendo, a fazer parte de uma experiência **com sentido**, em meio a experiências absolutamente sem sentido que acontecem nas prisões.

Nossa expectativa ao final é de que esta experiência pudesse ser replicada muitas vezes, na mesma unidade e em outras e que esta técnica se tornasse parte do cotidiano de trabalho junto aos encarcerados. O investimento na formação de Terapeutas Comunitários é insignificante diante dos ganhos que se pode obter junto às pessoas presas com sua utilização. Fica a indicação e o convite. Que outros se formem e que outros se disponham a trabalhar com esta ferramenta extremamente transformadora. Nossa gratidão eterna às participantes que suportaram nossa ignorância durante o aprendizado e à equipe de formação pela paciência e confiança.

*THERAPY COMMUNITY INTEGRATIVE:
AWARENESS COURSE IN A PRISON WOMEN*

ABSTRACT: *This article discusses the use of Integrative Community Therapy - TCI in a women's prison in the city of São Paulo. The TCI Circles of chatting happened December / 2012 to November / 2013. They will discuss general aspects of crime, historical features of women's prisons and the current situation in São Paulo. 32 TCI were performed totaling 279 people, adults were 258, 14 and 04 children adolescents. Of these 278 were women and only one man. Participated arrested, some pregnant women, employees and trainees of Psychology and Social Work. The number of participants in the Circles was variable and most happened to women prisoners. This article discusses only the experiences with the prey. The procedures adopted followed the established during the training; 31 Circles of chatting of participants chose the topic, one of them followed the Thematic Circle model. It is true that this experience could be a favorable difference in relation to women prisoners.*

KEYWORDS: *Integrative community therapy. Women's prisons. Psychology.*

REFERÊNCIAS

BARRETO, A. P. **Quando a boca cala os órgãos falam:** desvendando as mensagens dos sintomas. Fortaleza: Gráfica LCR, 2012.

BARRETO, A. P. **Terapia comunitária:** passo a passo. 4. ed. rev. ampl. Fortaleza: LCR, 2008.

BRASIL. **Regras de Mandela:** regras das Nações Unidas para o tratamento de presos. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016a. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/05/39ae8bd2085fdb4a1b02fa6e3944ba2.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. **Regras de Bangkok:** regras das Nações Unidas para o tratamento de mulheres presas e medidas de liberdade para mulheres infratoras. Brasília: Conselho Nacional de Justiça, 2016b. Disponível em: <<http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/27fa43cd9998bf5b43aa2cb3e0f53c44.pdf>>. Acesso em: 23 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Justiça e Cidadania. Departamento Penitenciário Nacional. **Dados consolidados do sistema penitenciário nacional**. Brasília, 2013. Disponível em: <http://www.justica.gov.br/Acesso/participacao-social/subpaginas_consultas-publicas/departamento-penitenciario-nacional-depen>. Acesso em: 12 jan. 2015.

BRASIL. Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária. **Regras mínimas para o tratamento do preso no Brasil**. Brasília, 1995.

FERNÁNDEZ, G. T. Mujer, cárcel y derechos humanos. **Capítulo Criminológico**. Maracaibo, v.23, n.1, p.337-358, enero/jun.1995.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. 4. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Tradução de Lígia M. Pondé Vassallo. Petrópolis: Vozes, 1977.

GOFFMAN, E. **Estigma: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

GRAZIOSI, M. Infirmis sexus: la mujer en el imaginario penal. **Nueva Doctrina Penal**, Buenos Aires, p. 55-95, 1999.

HELLINGER, B. **O amor do espírito na Hellinger Ciencia**. Patos de Minas: Atman, 2009.

KIM, J. E. et al. Criminalidade feminina: uma análise empírica a partir dos dados do presídio feminino de Brasília. **PIMES: Revista Economia & Desenvolvimento**, Pernambuco, v.8, n.1, p.06-54, 2009. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/economia/article/viewFile/4867/3671>>. Acesso em: 10 jan. 2015.

LOPES, R. **Prisioneiras de uma mesma história: o amor materno atrás das grades**. 2004. 268f. (Tese Doutorado em Psicologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LOPES, R. **Atualidades do discurso disciplinar: a representação da disciplina e do disciplinar na fala dos agentes de segurança penitenciária**. 1998. 207f. Dissertação (Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento Humano) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 1998.

LOPES, R. et al. *Gestação na prisão e relações familiares: suporte familiar ou abandono*. In: CONGRESSO BRASILEIRO PSICOLOGIA: CIÊNCIA E PROFISSÃO. OS IMPACTOS DA PSICOLOGIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA: A POLÍTICA DA CIÊNCIA E DA PROFISSÃO, 4., São Paulo. **Anais...** São Paulo: UNINOVE, 2014. Disponível em: <<http://www.cienciaeprofissao.com.br/anais/>>. Acesso em: 14 maio 2015.

MACHADO, D. H. S. et al. **A integridade física da mulher que cumpre pena em estabelecimento penal no Brasil**. Observatório Penitenciário, [20--]. Disponível em: <<http://www.uned.es/dpto-derecho-politico/foroVVAA2.pdf>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

PIMENTEL, E. *Amor bandido: as teias afetivas que envolvem a mulher no tráfico de drogas*. In: CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA: MUNDOS SOCIAIS SABERES E PRÁTICAS, 6., Lisboa. **Anais...** Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008. p.01-14. Disponível em: <<http://www.aps.pt/vicongresso/pdfs/708.pdf>>. Acesso em: 18 ago. 2014.

SAFFIOTI, H. I. B. *Rearticulando gênero e classe social*. In: COSTA, A. O.; BRUSCHINI, C. **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992. p.183-251.

SAFFIOTI, H. I. B.; MUÑOZ-VARGAS, M. **Mulher brasileira é assim**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, Brasília: UNICEF, 1994.

SÃO PAULO. **Lei nº 8.209, de 04 de janeiro de 1993**. (Atualizada até a lei complementar nº 897 de 09 de maio de 2001). Cria a Secretaria de Estado da Administração Penitenciária e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 4 jan. 1993a. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1993/alteracao-lei-8209-04.01.1993.html>>. Acesso em: 15 jul. 2015.

SÃO PAULO. **Decreto nº 36.436, de 26 de janeiro de 1993**. Organiza a Secretaria da Administração Penitenciária e dá providências correlatas. Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, São Paulo, 26 jan. 1993b. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1993/decreto-36463-26.01.1993.html>>. Acesso em: 22 jun. 2010.

SEMINOTTI, N.; CARDOSO, C. As configurações vinculares no pequeno grupo potencializando e/ou limitando seu processo. **Vínculo**, São Paulo, v. 4, dez. 2007. Não paginado. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1806-24902007000100004>. Acesso em: 12 maio 2015.

SMAUS, G. Teoría del conocimiento feminista y criminología de la mujer. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano7, n.27, p. 235-249, jul./set. 1999.

SMAUS, G. Il diritto penale e la criminalità femminile. **Dei Delitti e delle Pene**, Torino, n.1, p. 75-94, mar. 1992.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO [USP]. **Regras mínimas para o tratamento de reclusos**: 1955. São Paulo, 1955. A presente tradução seguiu parcialmente uma anterior versão em língua portuguesa, publicada pelo Centro dos Direitos do Homem das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direitos-Humanos-na-Administra%C3%A7%C3%A3o-da-Justi%C3%A7a.-Prote%C3%A7%C3%A3o-dos-Prisioneiros-e-Detidos.-Prote%C3%A7%C3%A3o-contr-a-Tortura-Maus-tratos-e-Desaparecimento/regras-minimas-para-o-tratamento-dos-reclusos.html>>. Acesso em: 10 out. 2014.

WINNICOTT, D. W. **Privação e delinquência**. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

